



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### **ATA N.º 11/2014**

#### **do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

No dia 19 de novembro de 2014, pelas 15h30, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Documento 1).

Estiveram presentes os Professores Doutores António Menezes Cordeiro, Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, Luís Lima Pinheiro, Pedro Pais de Vasconcelos que presidiu, Duarte Nogueira, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Maria do Rosário Palma Ramalho, Ana Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva, Maria Luísa Duarte, Eduardo Santos Júnior, Jorge Duarte Pinheiro, Jorge Reis Novais, David Duarte, Miguel Moura e Silva e Míriam Afonso Brigas.

Justificaram a ausência o Professor Eduardo Paz Ferreira, o Professor Barbas Homem, substituído pela Professor Pedro Caridade de Freitas, o Professor Dário Moura Vicente, substituído pela Professora Elsa Dias de Oliveira, o Professor Luís Morais e a Professora Maria João Estorninho, que foi substituída pelo Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos. Justificou igualmente a sua ausência o Mestre David Carvalho Martins.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa esteve também presente a convite do Presidente do Conselho Científico.

Estiveram também presentes os Professores Doutores Rute Saraiva, João Espírito Santo Noronha, José João Ferreira, António Barreto Menezes Cordeiro, e Diogo Costa Gonçalves.

#### **Período antes da ordem do dia**

O Presidente do Conselho Científico deu início à sessão, cumprimentando os Membros do Conselho, bem como os Doutores presentes, uma vez a sessão ter sido aberta a todos os Doutores, ao abrigo do disposto no artigo 53.º n.º 4 dos Estatutos da Faculdade de Direito. Esclareceu ainda que estes Doutores podiam participar nas discussões do Conselho, não tendo, no entanto, direito de voto.

#### **1. Informações**

O Presidente do Conselho começou por se referir às provas de Agregação realizadas pelo Professor Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, salientando a sua satisfação pelo sucesso das provas. Mencionou ainda que o Professor Carneiro da Frada tinha sido docente na Faculdade de

MA



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Direito de Lisboa por largos anos, o que justificava esta ligação com a nossa Escola. Foi, de seguida, dada a palavra ao Professor Menezes Cordeiro, arguente nas provas em referência. O Professor Menezes Cordeiro confirmou a arguição das provas realizadas pelo Professor Carneiro da Frada nos dias 17 e 18 de novembro do corrente ano, regozijando-se pela excelente prestação do candidato, o que demonstra que o corpo docente da Universidade Católica do Porto e da Faculdade de Direito da Universidade do Porto tem agora mais um professor agregado de indiscutível mérito, o que é motivo de orgulho para todos. Foi ainda mencionado que as provas tiveram a duração de dois dias, como é habitual, tendo o júri sido constituído por professores das duas universidades públicas mais prestigiadas do país: a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Neste sentido, integraram o júri, por Lisboa, os Professores Oliveira Ascensão, Menezes Cordeiro e Miguel Teixeira de Sousa. Por Coimbra estiveram presentes os Professores Sinde Monteiro, Castanheira Neves e António Joaquim Pinto Monteiro. Estiveram ainda presentes o Professor Carlos Ferreira de Almeida, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e o Professor Heinrich EwaldHörster, Professor Catedrático Jubilado da Universidade do Minho. O Presidente do Júri foi o Professor António Teixeira Marques. A lição apresentada foi subordinada ao tema "A Responsabilidade Civil das Agências de Notação do Risco (*Rating*)", tendo a discussão sido brilhante, como era expectável, com a arguição sido realizada pelo Professor Menezes Cordeiro. O Relatório apresentado dizia respeito à Metodologia do Direito Privado, com arguição efetuada pelo Professor Miguel Teixeira de Sousa. O candidato foi aprovado por unanimidade. O Professor Menezes Cordeiro propôs um voto de louvor ao Professor Carneiro da Frada, o qual foi aprovado por unanimidade do Conselho, tendo o Presidente do Conselho sido mandatado para transmitir o mesmo ao Professor Carneiro da Frada.

## 2. Aprovação da Ata

O Presidente do Conselho referiu-se às observações recebidas ao projeto de Ata, mencionando que os comentários foram integrados, esclarecendo aliás, que a Secretária do Conselho havia solicitado, em algumas situações, que os Membros do Conselho lhe transmitissem as intervenções havidas no Conselho, sempre com o propósito de ser o mais fiel possível às intervenções dos Membros. O Professor Romano Martinez questionou o Presidente se a sua observação acerca da constituição de júri do Mestre Filipe de Arede Nunes tinha sido analisada, tendo o Presidente do Conselho dado a



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

palavra à Secretária do Órgão, que informou que o orientador da tese de doutoramento do candidato tinha auscultado o Decano do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas quanto à constituição deste júri, não tendo havido nenhuma objeção, pelo que o mesmo foi aprovado por unanimidade do Conselho.

A ata foi aprovada por unanimidade.

### **3. Biblioteca**

O Presidente referiu-se ao mandato recebido na anterior sessão do Conselho, o qual tinha entendido como um mandato de diligência e não de resultado, no sentido de procurar encontrar um entendimento entre o Professor Duarte Nogueira e o Diretor, a propósito da Biblioteca. O Presidente deu a palavra ao Professor Duarte Nogueira que referiu que, tendo em conta que algumas das questões referidas na carta em que apresentara a demissão foram entretanto resolvidas e as demais certamente o virem a ser, por respeito para com o Conselho Científico e a sua deliberação tomada na sessão anterior, manifestava disponibilidade para continuar a exercer as funções de Professor Bibliotecário se tal continuasse a corresponder à vontade do Órgão. De seguida, foi dada a palavra ao Diretor, Professor Jorge Duarte Pinheiro, que confirmou o sucesso da intervenção mediadora do Senhor Presidente do Conselho Científico, na superação dos equívocos passados, tendo saudado também o Presidente do Conselho Científico e o Professor Duarte Nogueira pela atitude abnegada e construtiva, comum a muitos Membros da nossa Centenária Escola. Concluiu declarando que tal atitude alimenta o seu ânimo, bem como o de tantos outros para se dedicarem, sem reservas, ao serviço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, numa missão cujo sentido é maior se o resultado for uma mudança, um aperfeiçoamento ou uma confirmação da esperança.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho congratulou-se pelo desfecho aplicável ao assunto da Biblioteca, cumprimentando o Professor Duarte Nogueira e felicitando o Presidente do Conselho pelo sucesso do mandato que lhe fora atribuído pelo Conselho. O Presidente do Conselho mencionou que os cumprimentos recebidos eram alargados ao Diretor da Faculdade, uma vez que os consensos não são o resultado de uma atuação isolada, mas da articulação dos envolvidos. Agradeceu ainda a paciência de todos os que o ouviram, destacando ainda a importância do Conselho Científico para a resolução da questão em referência. O Professor Menezes Cordeiro acompanhou com entusiasmo as palavras da Professora Maria do Rosário Ramalho, felicitando o Professor Duarte Nogueira pelas suas funções como Professor Bibliotecário. O Presidente cumprimentou



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

igualmente o Professor Duarte Nogueira, referindo que a Biblioteca seria novamente agendada para uma sessão temática do Conselho. O Professor Jorge Duarte Pinheiro agradeceu a resolução da questão da Biblioteca, estando satisfeito pela solução encontrada, uma vez que se colocou em primeiro lugar uma questão muito importante para a vida da Escola, o que demonstra o sentido de missão subjacente.

#### **4. Regulamento de Avaliação**

O Presidente do Conselho referiu que, conforme já fora anteriormente mencionado, o Regulamento de Avaliação seria objeto de apreciação passado um ano da sua vigência. Neste sentido, agradeceu a presença do Presidente do Conselho Pedagógico, Professor Rui Gonçalves Pinto, a quem havia solicitado a presença no Conselho Científico.

O Professor Rui Gonçalves Pinto agradeceu o convite para estar presente no Conselho Científico, bem como o agendamento da matéria em referência. Começou por se referir à natureza sensível das matérias em análise, que motivam sempre várias reações pela Escola, quer no que se refere aos elementos docentes, quer aos discentes. Recordou, a este propósito, a composição do Conselho Pedagógico, que é constituído por dez elementos discentes e dez docentes, relativos a três listas existentes na Escola. Em consequência, basta existir uma ligeira variação na composição do Conselho em cada uma das sessões para ocorrerem diferenças em termos de votações. Neste sentido, alertou para a dificuldade inerente às funções de gestão no Conselho Pedagógico, embora reconheça ser uma experiência única, que tem a honra de desempenhar.

O Presidente do Conselho Pedagógico começou por se referir à forma como a revisão do Regulamento de Avaliação foi efetuada no Conselho. Em primeiro lugar, foi constituída uma Comissão de Acompanhamento, presidida pela Mestre Madalena Marques dos Santos, que integrou, docentes, alunos e funcionários, tendo sido apresentado um relatório. Nos termos deste documento foram enunciadas as disfuncionalidades de aplicação do Regulamento, sendo referidos os aspetos que requerem uma urgente alteração. O Professor Rui Pinto destacou a situação dos alunos com cadeiras em atraso, o que ocorre em número significativo, bem como o caso dos trabalhadores estudantes, população com dimensão no cômputo geral dos estudantes. Outro aspeto importante relaciona-se com a preocupação com a época de setembro, que atualmente já não existe e que é mencionada por vários estudantes como uma hipótese que deverá ser considerada. Outro aspeto referido relaciona-se com o próprio método de avaliação, em que foram invocados vários desequilíbrios, nomeadamente a dispensa com nota final de



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

12. Por outro lado, foi ainda mencionada a existência de número muito significativo de orais de melhoria sem que exista uma prestação compatível com a natureza destas provas. Foi também mencionado o prejuízo para as aulas práticas decorrentes da realização de testes no final de cada semestre estando ainda a decorrer aquelas. O Professor Rui Pinto destacou ainda o trabalho realizado pela Divisão Académica. Foi também feita referência à necessidade de ser esclarecida a função dos regentes das cadeiras. Foi ainda referido ter existido um período de audiência prévia, no qual foram recebidas 6 propostas de reestruturação do Regulamento. Em face das propostas apresentadas, o Professor Rui Pinto procurou criar uma plataforma de entendimento, o que não foi alcançado apesar de várias reuniões nesse sentido entre membros do Conselho Pedagógico. Em consequência, foi mencionado que não foi alterado o sistema de avaliação, tendo-se procurado consensualizar nos aspetos em que este acordo foi possível. Foi realizada a 8 de setembro uma discussão pública das propostas efetuadas, tendo-se procurado com o atual agendamento permitir que os Membros do Conselho Científico se pronunciem sobre as alterações sugeridas. Reconhece ainda que embora o parecer do Conselho Científico não seja vinculativo, é da maior importância para a alteração do Regulamento de Avaliação, não se tratando de uma simples formalidade.

O Professor Rui Pinto passou, de seguida, a destacar as principais alterações introduzidas, destacando o facto de nos encontrarmos perante um período em que a Informática tem uma importância indiscutível. Chamou ainda a atenção para o facto de algumas das modificações efetuadas serem de natureza cirúrgica. Foi feita referência ao artigo 3.º do Regulamento, que estipula sobre a ficha de unidade curricular, cujo preenchimento foi solicitado aos docentes.

O Presidente do Conselho agradeceu a presença do Professor Rui Pinto no Conselho e os esclarecimentos prestados acerca das alterações que se pretendem introduzir no Regulamento de Avaliação. Mencionou, de seguida, que entende que para a melhor consideração das propostas será constituída uma comissão restrita composta por um grupo de docentes, na dependência da Comissão Permanente, agendando-se uma sessão temática sobre esta matéria numa próxima sessão do Conselho Científico. Foi ainda referido que a matéria revestia interesse significativo, sendo necessário efetuar a devida compatibilização com a visão sufragada por docentes e discentes. O Presidente alertou ainda que considerava que algumas das matérias referidas no Regulamento colidiam com o disposto nos Estatutos da Faculdade de Direito, sendo de natureza científica e não pedagógica. O Conselho Científico adiou a sua posição sobre o tema, aguardando a



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

sessão temática mencionada e o trabalho que venha a ser desenvolvido pela comissão designada para este efeito.

O Professor David Duarte questionou o Professor Rui Pinto acerca da alteração que prevê o princípio do júri coletivo nas provas orais, sendo apenas aplicável o júri singular perante fundamentação, a deferir pelo Presidente do Conselho Pedagógico. Referiu que colocava a questão considerando que caso sejam recusados os pedidos de júri singular, considera que a Faculdade não terá forma de funcionar no período de exames, nomeadamente em cadeiras em que existe apenas um docente, sendo indispensável atender a esta questão prática. O Professor David Duarte congratulou-se pelo trabalho desenvolvido pelo Professor Rui Pinto, tendo em vista procurar colmatar as deficiências do Regulamento de Avaliação, referindo serem necessárias algumas alterações no regime atualmente em vigor. Mencionou a existência da prova de avaliação contínua, que é realizada ao mesmo tempo que os alunos continuam a ter aulas, o que é gerador de algumas dificuldades na gestão das aulas durante este período. Referiu igualmente o facto de considerar que deveria existir a possibilidade de serem marcadas faltas nas aulas teóricas. Considera, à semelhança do Presidente do Conselho, que as matérias objeto de tratamento no Regulamento de Avaliação justificam uma sessão temática.

O Professor Menezes Cordeiro pronunciou-se, de seguida, destacando a humildade manifestada pelo Professor Rui Pinto na condução de todo o processo relativo ao Regulamento de Avaliação, questionando os Membros do Conselho se conhecem algum sistema que permita, como o nosso, que os discentes tenham uma intervenção ativa no processo de elaboração do Regulamento de Avaliação que lhe é aplicável. Foi ainda mencionado pelo Professor Menezes Cordeiro que tinha conhecimento que os alunos procuravam que o Regulamento de Avaliação fosse suspenso, tendo aliás, convidado o Mestre Carlos Lacerda Barata para Presidente do Conselho Pedagógico. Parece que, sem qualquer explicação, ocorreu uma alteração na atuação dos alunos. Destacou ainda a atividade intensa em matéria de doutoramentos o que nos prestigia enquanto Faculdade, mas perante os alunos a autoridade dos docentes parece ser esquecida, o que importa alterar urgentemente. Relativamente à observação do Professor Lima Pinheiro sobre a possibilidade de marcação de faltas nas aulas teóricas, concorda com a mesma, mencionando ainda que é indispensável que os alunos frequentem as aulas teóricas, admitindo ainda que estes registos possam ser mostrados às famílias dos alunos. O aumento de tempo letivo é outra solução que deve ser equacionada. Relativamente aos vários métodos de avaliação existentes considera que deve haver uma intervenção dos



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

grupos na sua definição e aplicação, refutando qualquer aproveitamento político que possa existir desta matéria. O Professor Menezes Cordeiro mencionou ainda concordar com a proposta avançada pelo Presidente do Conselho, no sentido de ser designada uma Comissão para o estudo desta matéria, mas considera indispensável que se promova um debate alargado sobre este assunto. O Presidente do Conselho esclareceu ainda que teria igualmente intervenção na Comissão, para além de Membros do Conselho, Assistentes e um aluno.

A Professora Maria do Rosário Ramalho acompanhou as palavras do Professor Menezes Cordeiro nomeadamente no que se refere às principais questões suscitadas pelo Regulamento de Avaliação. Questionou aliás, a própria estrutura do Regulamento, que adota uma tendência predominantemente avaliativa, em detrimento da formativa, reconhecendo ser esta última a que mais aprecia. Destacou ainda o facto de se verificar uma sobrecarga significativa de elementos que acentuam a carga burocrática, aspeto que considera dever ser evitado. Relativamente à questão da assiduidade nas aulas teóricas mencionou que devia ser exigida. Efetuou ainda algumas observações às várias épocas de recurso existentes, que entende serem excessivas, considerando adequado que exista a época normal, a época de trabalhador estudante e que a época de recurso deva coincidir com a época normal seguinte, solução seguida nas outras Faculdades. Em matéria de júris coletivos, entende que nos encontramos perante uma questão de bom senso, já que em cadeiras que tenham um número reduzido de docentes a solução terá de permitir o funcionamento normal dos períodos de exame. Mencionou ainda que prefere realizar júris coletivos do que individuais, embora reconheça que se se observar o Regulamento de forma estrita não será possível o cumprimento dos prazos previstos em matéria de exames. No que se refere às cadeiras optativas suscitou ainda a questão de saber por que razão o Regulamento de Avaliação prevê a intervenção do Diretor nesta matéria, atendendo que nos encontramos perante um assunto com conteúdo marcadamente pedagógico.

A Professora Maria Fernanda Palma interveio, de seguida, mencionando não compreender por que razão a matéria da constituição de júris é objeto de tratamento no Regulamento de Avaliação, uma vez considerar ser uma matéria com conteúdo científico. Aliás, recorda que este princípio se aplica igualmente aos Mestrados e Doutoramentos. Relativamente às questões suscitadas sobre as aulas teóricas, concorda com o mencionado pelos Colegas, em especial a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, no que diz respeito à experiência da Faculdade de Direito da Universidade

*Man*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Nova de Lisboa. O Professor Duarte Nogueira acompanhou o mencionado pelos anteriores Membros do Conselho.

O Presidente do Conselho reiterou o princípio de que o relatório que venha a ser elaborado no Conselho deve reunir o consenso de todos os Membros, para o que é indispensável que os próprios Grupos discutam as propostas agora apresentadas pelo Presidente do Conselho Pedagógico. O Presidente do Conselho reportou-se ainda à articulação existente entre as aulas teóricas e as aulas práticas, mencionando a subsidiariedade das aulas teóricas, sendo frequente que nas aulas práticas sejam dadas matérias que não foram abordadas nas aulas teóricas. Referiu, a este propósito a situação que ocorre na cadeira de Teoria Geral do Direito Civil, que leciona. Relativamente à matéria dos recursos, mencionou ainda que os atualmente existentes são excessivos, devendo ser objeto de reformulação.

O Professor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos referiu que, no que se refere à assiduidade nas aulas teóricas, que este elemento é fundamental em matéria de ECT's, porquanto o valor de ECT's traduz o número de horas que cada aluno ocupa com cada disciplina, e inclui o tempo das aulas teóricas, das aulas práticas e ainda o tempo de estudo do aluno. Em consequência, a assiduidade às aulas teóricas deve ser sempre exigida, sob pena de se violar os fundamentos dos ECT's reconhecidos a cada disciplina.

O Presidente do Conselho referiu que tinha sido deliberado que os Grupos iriam analisar esta matéria, sendo convocada por sua iniciativa uma sessão temática. Referiu ainda que seria constituída uma comissão que iria abordar as propostas apresentadas, comissão que refletirá o corpo docente da Faculdade de Direito. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho questionou se não havia um prazo a cumprir nesta matéria, tendo o Professor Rui Pinto esclarecido que não existe um prazo a observar, mas seria importante que o parecer do Conselho Científico fosse produzido durante o semestre em curso. O Presidente do Conselho mencionou que este prazo seria observado, propondo um voto de louvor ao Professor Rui Pinto, que foi aprovado por unanimidade. O Professor Rui Pinto agradeceu o voto de louvor recebido, mencionando concordar com algumas das observações efetuadas pelos Membros do Conselho, agradecendo o contributo que os vários elementos do Conselho Pedagógico tinham dado para os trabalhos desenvolvidos por este Órgão. Mencionou ainda que, no que se refere à intervenção do Presidente do Conselho Pedagógico em matéria de constituição de júris se iria proceder a um enunciado tipificado de causas que justificariam o deferimento do júri singular, em ordem a agilizar a aplicação da alteração.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

O Professor David Duarte mencionou que prefere integrar júris coletivos, mas reconhece que se a norma do Regulamento que se aplica a esta matéria for cumprida de forma estrita considera que será impossível o cumprimento dos prazos existentes em matéria de realização de provas escritas e orais. Referiu igualmente apreciar o mencionado pelo Presidente do Conselho, em matéria de constituição de uma Comissão que analisará as propostas de alteração ao Regulamento de Avaliação apresentadas. Destacou ainda a importância da matéria relativa às regras de cálculo da nota final de curso e aos métodos de avaliação, referindo ainda que considerava o artigo 12.º na versão proposta muito rígido. O Professor Lima Pinheiro mencionou, de seguida, que acompanhava algumas das observações efetuadas pelos Membros do Conselho, destacando o facto de as alterações propostas, como referiu o Presidente do Conselho Pedagógico, serem de natureza pontual. A este propósito, destacou o facto de ter chegado o momento de se estabelecerem as bases de uma plataforma de entendimento. Foi ainda mencionada a questão da marcação de faltas nas aulas teóricas, tendo conhecimento que alguns alunos se tinham manifestado contrários a esta possibilidade, o que se concretiza em várias queixas que tinham sido apresentadas a este propósito. Destacou como exemplo a situação surgida com a Professora Rute Saraiva, embora com a ressalva que não tinha sido apresentada nenhuma queixa no Conselho Pedagógico relativa a esta docente. A este propósito, foi dada a palavra à Professora Rute Saraiva, que descreveu sumariamente a situação ocorrida. Referiu que tinha sido marcado um mini-teste de Economia I para o dia 10 de novembro, na aula teórica das 19.30, agendado há mais de um mês com o aval dos alunos que vão às aulas práticas e às aulas teóricas, tendo-se tido o cuidado de garantir que nenhum aluno seria prejudicado devido ao horário. Referiu ainda nunca ter havido qualquer manifestação de desagrado por parte dos alunos, concluindo-se que esta solução lhes seria benéfica pois não só se garantia um "level playing field" como as condições de sala e tempo para a realização seriam melhores. Recordou ainda que algumas subturmas não têm uma sala fixa para ter aulas, uma vez que a sala prevista no horário não comporta o número de alunos efetivos das subturmas em causa, devendo o Assistente e os alunos, cada vez que têm aulas, indagar sobre a vacatura de um qualquer anfiteatro para conseguir ter aulas em condições dignas. Foi ainda mencionado que o enunciado tinha sido feito em conjunto pelos 2 Assistentes e validado pela Professora Rute Saraiva, com o cuidado de não incluir matéria que não tivesse sido tratada em subturmas. Ademais, não só ambos os Assistentes estavam presentes para a vigilância da prova, como a própria docente. Além do mais, o acordado,

UA17



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

com conhecimento dos alunos, seria que cada Assistente corrigisse os exercícios dos seus alunos, reforçando assim a lógica de proximidade de avaliação. Sucede porém, que no dia 10 de novembro, às 18.00 a Professora Rute Saraiva recebeu uma chamada da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL) a refutar a realização da prova marcada para esse mesmo dia às 19.30, com a invocação da posição tomada nesta questão tanto pela Direção como pelo Conselho Pedagógico e a existência de queixas pedagógicas e cancelamento de outros exercícios escritos nestas condições, designadamente envolvendo a disciplina de Direito Internacional Privado. A Professora Rute Saraiva mencionou ainda que o *timing* do contacto, numa prova que estava marcada há mais de um mês, lhe desagradou, nomeadamente o facto de ter sido contactada pela AAFDL (sem querer pôr em causa a sua boa-vontade em agilizar a resolução da situação), em matéria que deveria ter como interlocutores a Direção e o Conselho Pedagógico. Perante a situação criada, incluindo o boato que começou a circular no fim da tarde sobre o cancelamento da prova, mais do que a invocação dos precedentes e da alegada posição da Direção e Conselho Pedagógico sobre o assunto, órgãos que nunca contataram a docente viu-se obrigada a cancelar, em cima da hora, a realização do exercício. Tal resultou, como foi evidente na altura, no maior desagrado dos alunos presentes, já para não mencionar em transtornos profissionais e familiares sérios para alunos de pós-laboral que têm, em vários casos, que meter dias de férias para fazer a prova.

A Professora Maria Luísa Duarte manifestou preocupação em relação a certos aspectos práticos de aplicação do Regulamento de Avaliação e entende ser fundamental o acompanhamento desta matéria pelo Conselho Científico. Considerou que apesar do excesso de regulamentação dos procedimentos de avaliação, é sempre possível aos regentes encontrar uma solução sensata e eficaz de avaliação justa e rigorosa dos alunos, em especial no regime de avaliação contínua. Referiu o exemplo concreto da proibição de realização de testes escritos. Uma alternativa são as chamadas orais, método que utiliza nas aulas práticas.

O Professor Jorge Reis Novais mencionou de seguida, que não acompanhava as preocupações de alguns Colegas relativamente à impossibilidade regulamentar de realizarem testes escritos de avaliação para além dos que estão previstos no Regulamento de Avaliação, considerando que essa prática, além de contrariar a lógica que presidiu à aprovação do Regulamento, resulta em prejuízo, não apenas dos alunos e da avaliação, como do funcionamento normal das aulas das restantes disciplinas do ano.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Se os alunos são chamados a realizar outros testes escritos para além dos previstos, a reação normal, sistematicamente comprovada, é a falta às aulas teóricas das outras disciplinas nos dias anteriores à realização desses testes para a respectiva preparação. Assim, parece-lhe contraditório que alguns Colegas se manifestem preocupados com a presença diminuta dos alunos nas aulas teóricas, mas simultaneamente apoiem a realização ilimitada de testes escritos que só podem ter como resultado o agravamento daquela tendência.

O Professor Menezes Cordeiro interveio considerando que o debate havido no Conselho o tinha auxiliado na percepção de novas metodologias de avaliação que pode vir a utilizar nas suas aulas. Mencionou, de seguida, que discordava de uma atuação que fosse contrária aos alunos, devendo-lhes ser explicados os métodos de avaliação existentes. De qualquer forma, reprova todo o comportamento efetuado pelos discentes face aos docentes, como reconhece que terá sucedido com a Professora Rute Saraiva. Propõe, aliás, a aprovação de um voto de apoio à Professora Rute Saraiva, que foi aprovado por unanimidade do Conselho. O Professor Fernando Araújo interveio, mencionando que já se tinha solidarizado com a Professora Rute Saraiva, ao ter tido conhecimento da situação, tendo havido igualmente uma reação do Presidente do Conselho Pedagógico. Mencionou ainda que se existisse novamente uma situação semelhante ao descrito no Grupo de Ciências Jurídico-Económicas iria apresentar uma queixa formal.

O Professor Vasco Pereira da Silva saudou o Presidente do Conselho Pedagógico pelo trabalho realizado em matéria de Regulamento de Avaliação, aproveitando para justificar a ausência da Professora Maria João Estorninho, que se encontrava em Cabo Verde, no 1º Congresso de Compras Públicas de Cabo Verde - Para uma Contratação Pública Estratégica, sendo oradora na sessão inaugural. O congresso decorreu na Cidade da Praia, de 19 a 21 de novembro, sob a égide do Governo de Cabo Verde e da Universidade de Cabo Verde, por ocasião da discussão pública do Anteprojeto de Código dos Contratos Públicos de Cabo Verde. Questionou ainda o Conselho Científico se se justificava modificar o Regulamento de Avaliação, que tinha sido objeto de alterações há um ano, esclarecendo que uma das vantagens das correções introduzidas se relacionava com a pluralidade de métodos de avaliação aplicáveis aos alunos.

## 5. Mestrados e Doutoramentos

O Presidente do Conselho começou por se referir aos contatos que tinha realizado com a Professora Anabela Miranda Rodrigues, recentemente nomeada Ministra da



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Administração Interna, visto integrar alguns júris de doutoramento da Escola. Referiu, a este propósito, o júri da Mestre Inês Ferreira Leite. A Professora Maria Fernanda Palma esclareceu o Conselho que tinha diligenciado no sentido de entrar em contato com a Professora Anabela Miranda Rodrigues, mas ainda não tinha conseguido. Igualmente tentou contatar o Professor Pedro Caeiro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, propondo ao Conselho a sua inserção no júri de doutoramento da Mestre Inês Ferreira Leite, em substituição da Professora Anabela Miranda Rodrigues. A substituição deste elemento do júri foi aprovada por unanimidade do Conselho Científico.

O Presidente do Conselho acompanhou a Professora Fernanda Palma no que se refere à dificuldade de contato de alguns elementos externos, mencionando que seria conveniente que os membros externos dos júris apenas deviam ser integrados nos júris depois de aceitarem o convite efetuado. Aproveitou ainda para informar o Conselho que já tinha marcado para dezembro várias sessões de júris. Referiu igualmente que tem estado sempre em articulação com a Reitoria, destacando as dificuldades logísticas para a realização das referidas reuniões, uma vez que os funcionários que estão presentes nos júris de doutoramento são os mesmos que assistem às reuniões. Esclareceu ainda o Conselho que tinha contactado o Diretor para efeitos de se admitir a possibilidade de as reuniões de júri terem lugar na nossa Faculdade. O Professor Pedro Romano Martinez referiu que tinha sido deliberado no Conselho Científico que as reuniões de júris de doutoramento se realizavam na Reitoria, pelo que considera que não se deve proceder a alterações nesta matéria. Alertou ainda para o facto de não estarmos apenas perante uma alteração física na realização das reuniões, mas o facto de na Reitoria termos um conjunto de funcionárias afetas aos doutoramentos, que têm de proceder à realização das atas destas reuniões. Por outro lado, os próprios contatos com os elementos dos júris devem ser efetuados pela Reitoria, centralizando assim, a informação. Relativamente à dificuldade de contato de alguns elementos externos dos júris, o Professor Pedro Romano Martinez mencionou que, no caso da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, se podia contatar o Diretor dessa instituição, Professor António Santos Justo que auxilia a realização destes contatos.

O Professor Marcelo Rebelo de Sousa destacou a importância do problema em análise, mencionando que, no que se refere aos elementos externos aos júris não podemos aceitar que alguns professores invoquem estar disponíveis para fazer parte dos júris, mas não terem disponibilidade para efetuar arguições. Recordou aliás, a situação difícil em que as instituições do ensino superior se encontram, nomeadamente a Reitoria, a

MAN



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

que se associa a falta de funcionários necessários para várias tarefas. Informou ainda que tinha conhecimento que outras Faculdades tinham decidido acelerar as provas de doutoramento para agilizar os vários procedimentos inerentes às dissertações de doutoramento. O mesmo princípio foi aplicado às agregações e concursos da carreira. Todos estes fatores levaram a que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa considere estarmos perante uma situação de emergência. Em consequência, recordou o procedimento que era adotado no tempo do Professor Vasconcelos Tavares, em que apenas se realizava uma reunião em sede de doutoramento, havendo uma troca de emails em substituição da primeira reunião de júri. Posteriormente era apresentada uma proposta de ata que era sufragada pelos demais elementos de júri. Esclareceu ainda o Conselho que a nossa Faculdade é a única Escola da Universidade de Lisboa que realiza as primeiras reuniões de júri.

O Presidente do Conselho mencionou que, como já tinha referido, tinha convocado várias reuniões de júri para o mês de dezembro, acompanhando o Professor Marcelo Rebelo de Sousa no que dizia respeito à necessidade de as reuniões de júri serem realizadas na Reitoria, no entanto, nas situações em que tal não seja possível, entende que se deveria poder seguir o princípio das videoconferências. Desta forma, se evitariam atrasos nas discussões das teses. Salientou também que entende ser indispensável que se desenvolvam os mecanismos necessários às marcações das reuniões de júri, ainda mais considerando o prestígio da nossa Escola.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho mencionou que tem acompanhado as dificuldades relativas às matérias em discussão, referindo que os canais de comunicação entre os vários órgãos com intervenção nesta questão nem sempre são claros. Reconhece as dificuldades existentes na Reitoria, salientando que o sistema antigo utilizado, em que a tramitação em matéria de teses de doutoramento ocorria em articulação com a Secretária do Conselho Científico e a Divisão Académica era preferível. No que se refere às primeiras reuniões de júri, reconhece que têm natureza substantiva e não meramente formal, destacando a natureza diferenciada do secretariado destas reuniões.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro reconheceu a importância da matéria em discussão, tendo procurado auxiliar o Presidente do Conselho Científico em tudo o que lhe tem sido solicitado. Destacou ainda que as dificuldades com a marcação das dissertações de doutoramento se relacionam com o facto de a própria Escola se estar a confrontar com uma subida significativa das provas de doutoramento face ao que era habitual.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Mencionou ainda ter conhecimento que a Reitoria tem funcionários que estão subaproveitados.

O Professor Pedro Romano Martinez referiu novamente a importância do apoio efetuado na Reitoria ao nível de secretariado, mencionando que caso este procedimento não seja respeitado, mediante a transferência deste procedimento para a Faculdade, poderão advir prejuízos para os respetivos doutoramentos. O Presidente do Conselho mencionou que caso fosse utilizado o sistema de circulação de emails este procedimento teria de ser centralizado na Reitoria, que continuaria a funcionar institucionalmente como a instituição centralizadora dos doutoramentos. O Professor Pedro Romano Martinez salientou, a este propósito, que se poderiam colocar questões de impugnação dos processos.

O Professor Vasco Pereira da Silva salientou que estávamos perante circunstâncias excecionais, pelo que haveria de se encontrar uma solução que harmonizasse o mérito e a eficiência, embora reconheça que a situação ideal seria a que tinha lugar com a realização das reuniões de júris na Reitoria. Nesse sentido, considera que se devia utilizar o sistema proposto pelo Presidente do Conselho Científico, de forma a resolver a questão que já tem natureza urgente e depois se voltaria ao regime antigo, com as reuniões a ter lugar na Reitoria. O Professor Menezes Cordeiro mencionou preferir o mérito e, nesse sentido, as reuniões deverão ter lugar na Reitoria. A Professora Maria do Rosário Ramalho defendeu o recurso a um sistema misto, em que a Reitoria assegura o apoio e a Faculdade disponibiliza o espaço para a realização da reunião de júri. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa destacou a urgência da situação, em que devem ser ponderadas as várias circunstâncias de forma a evitar prejuízo dos candidatos, com o inerente atraso das defesas das teses. Em consequência, entende que se deverá ponderar o recurso ao sistema de emails mencionado pelo Presidente do Conselho Científico, desde que a Reitoria garanta a existência do email institucional. O Professor Menezes Cordeiro levantou objeções ao recurso a este mecanismo, duvidando da sua eficácia no Grupo de Ciências Jurídicas. O Presidente do Conselho referiu que ia falar com o Reitor da Universidade de Lisboa acerca das várias possibilidades que podem ser equacionadas para a marcação das reuniões de júri, mencionando estar em contato permanente com a Reitoria para a resolução destas matérias.

De seguida foram apresentados os pedidos de alteração dos temas da dissertação de Mestrado de António Rodrigo Vieira Figueira e Percy Allan Thomas Aroucha (Documento n.º 2). O solicitado foi aprovado por unanimidade do Conselho.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Foram constituídos os júris de Mestrado Profissionalizante (Ciências Jurídico-Forenses) de Andreia Alexandra Rebelo Cunha Silva, José Mario Barreto Martins, Nilva de Souza Dias Ferreira, Rui Alexandre dos Santos Pinto Serra, Sara Diana Ferreira de Oliveira, Luís Alexandre Serras de Sousa e Pedro Manuel Osório de Castro Batalha Ribeiro (Documento n.º 3).

Foram constituídos os júris de Mestrado Profissionalizante (Ciências Jurídico-Empresariais) de Anabela Paula Brízido, Ana Zara Soares da Fonseca Cadima, Bruno Miguel Ribeiro Domingues, Diana Carriço Rito Pereira, Madalena Guerreiro Mata Mouros, Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy, Maurício Veríssimo Rodrigues, Tiago Garcia Soares e Vanessa da Silva Gaspar (Documento n.º 3).

Foram constituídos os júris de Mestrado Científico (Ciências Jurídicas) de Alessandro Carlo Meliso Rodrigues, Francisco Luís Rios Alves, José Gutemberg Gomes Lacerda, Maria Aparecida de Oliveira Grossi Andrade, Rafael Cavalcanti Lemos, Regma Aguiar Dias Janebro, Ronaldo Souza Borges, Selma Maria Marques de Souza, Anderson Sobral de Azevedo e Sandrina Alexandra Loura (Documento n.º 3).

Foram constituídos os júris de Mestrado Científico (Direito Comercial) de Ernesto Kambali, Susana Morais Neves e de Ana Patrícia da Costa Lima Freire (Documento n.º 3).

Foram constituídos os júris de Mestrado Científico (Ciências Jurídicas) de Christine Fernandes Venneri Mathias, Daniel Mourgues Cogoy, Eduardo Correa Gasiglia Queiroz, Janine Lopes Saraiva, Juliana Lima Rejani e Priscila Martins Delfim (Documento n.º 3).

Foi constituído o júri de Mestrado profissionalizante (Ciências Jurídico-Empresariais) de Susana Isabel dos Santos Letras Vital (Documento n.º 3).

Foi constituído o júri de Mestrado Científico (Ciências Jurídico-Laborais) de Sandra Isabel dos Santos (Documento n.º 3).

Foram constituídos os júris de Mestrado Científico (Ciências Jurídicas) de Ana Margarida Carlos Sapateiro, Ana Teresa Sousa Novo Oliveira Faria Bernardo e Felipe Palhano de Oliveira (Documento n.º 3).

Foi constituído o júri de Mestrado Científico (Direito Intelectual) de Saulo Emanuel Vigário Chanoca (Documento n.º 3).

Foram constituídos os júris de Mestrado Profissionalizante (Ciências Jurídico-Empresariais) de Carla Isabel Madeira Romeira e Priscila Rodrigues Ferreira (Documento n.º 3).

Foram constituídos os júris de Mestrado Profissionalizante (Ciências Jurídico-Forenses) de Andreia Sofia Simões de Sousa, Diogo Nobre de Melo Coutinho Capela, Filipa Baptista



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Filipe Madeira, Joana Teresa Lopes Fernandes Kopke Túlio, Maria Inês Costa e Silva de Sousa Guerra, Sílvia Rossana Silva Santos e Ruth Helena Santos (Documento n.º 3). Foi constituído o júri de Mestrado Científico (Ciências Jurídico-Criminais) de Letícia Viterbo Ilges (Documento n.º 3). Foram constituídos os júris de Mestrado Profissionalizante (Ciências Jurídico-Forenses) de Catarina Santos Brochado Oliveira e Dirce Reis Rente (Documento n.º 3). Foram constituídos os júris de Mestrado Científico (Ciências Jurídico-Criminais) de Juliana Moya Rios Ferreira Silva, Márcio Schlee Gomes, Matias Pires Neto e Patrícia Gomes Teixeira Monteiro (Documento n.º 3).

Todos os júris foram aprovados por unanimidade do Conselho Científico.

Foi apresentado o pedido de prorrogação do prazo de entrega da tese de doutoramento de Daniela Bandeira de Freitas, Januário Pedro Correia, Bleine Queiroz Caúla e Francisco Luís Freire Ribeiro Alves (Documento n.º 4). O solicitado foi aprovado por unanimidade do Conselho.

Foram admitidos a provas de doutoramento, tendo sido apresentadas a constituição de júris de João Hélio Ferreira Pes, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, Rui Manuel Tavares Lanceiro, em especialidade de Ciências Jurídico-Políticas e António Carlos Torres de Siqueira de Maia e Pádua, na mesma especialidade (Documento n.º 5). O solicitado foi aprovado por unanimidade do Conselho.

Foram apresentados os pedidos de alteração dos títulos das teses de doutoramento dos candidatos João Hélio Ferreira Pes, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, Rui Manuel Tavares Lanceiro, em especialidade de Ciências Jurídico-Políticas e António Carlos Torres de Siqueira de Maia e Pádua, na mesma especialidade (Documento n.º 6). O solicitado foi aprovado por unanimidade do Conselho.

Foi apresentada a alteração da composição do júri de doutoramento de Ionilton Pereira do Vale, aprovado na sessão de 22 de outubro de 2014, deixando de estar integrado o Professor Dá Mesquita e passando a estar como membro do júri o Doutor José Augusto Preto Xavier Lobo Moutinho, da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa (Documento n.º 7). O solicitado foi aprovado por unanimidade do Conselho.

Foi apresentada a constituição do júri de doutoramento do Mestre José Nuno Coutinho Lopes Marques Estaca, na especialidade de Ciências Jurídicas (Documento n.º 8). O solicitado foi aprovado por unanimidade do Conselho.

O Professor Menezes Cordeiro referiu-se ainda aos júris de mestrado em Ciências Jurídicas que não estão constituídos a tempo do presente Conselho e que são em número



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

significativo, solicitando ao Conselho que aprove o voto de confiança que efetua no Presidente do Conselho no sentido de se proceder à respetiva constituição, que será integrada em ata. O voto de confiança foi aprovado por unanimidade. Os júris em referência constam do Documento n.º 3.

## 6. Cooperação

O Presidente do Conselho Científico deu a palavra ao Professor Vera-Cruz Pinto, Vice-Presidente do Instituto da Cooperação (ICJ), esclarecendo que o fazia em substituição do Professor Dário Moura Vicente, que se encontra ausente do País em serviço de cooperação em Angola e Moçambique.

Informou em seguida que, no ano civil prestes a findar, o ICJ realizou os seguintes Cursos:

Angola

I Curso de Pós-Graduação em Registos e Notariadoem colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo

India

VII Curso de Pós-Graduação «Diploma in Civil Law» em colaboração com o Salgaocar College of Law, de Pangim

Moçambique

II Curso de Doutoramento em Direito em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

I Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico Empresariais em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo

IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídico Económicas em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

Guiné Bissau

I Curso de Pós-Graduação em Direito da Energia e Recursos Naturais

Cabo Verde

I Pós-Graduação em Direito dos Contratos

I Mestrado em Direito Privado e Processo Civil

Timor-Leste

I Mestrado do Direito em Timor Leste

Informou, também, que para o início de 2015 se encontram em preparação os seguintes cursos:



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Angola

I Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas em colaboração com a Universidade Onze de Novembro (parte escolar)

I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas em colaboração com a Universidade Onze de Novembro (parte escolar)

IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas em colaboração com a Universidade Agostinho Neto

#### India

VIII Curso de Pós-Graduação «Diploma in Civil Law» em colaboração com o Salgaocar College of Law, de Pangim

Curso de Diploma em Direito Internacional e Comparado em colaboração com o Indian Law Institute, de Nova Dehli

#### Cabo Verde

I Curso de Mestrado em Direito Privado e Processo Civil, em colaboração com o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde (parte escolar)

#### Guiné-Bissau

I Curso de Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações na Faculdade de Direito de Bissau

#### Moçambique

I Curso de Mestrado em Direito Judiciário em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze (UniZambeze) e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Petróleos e do Gás em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

V Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

#### Timor-Leste

II Curso de Mestrado em Direito em colaboração com a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

## 7. Relações Internacionais

O Presidente do Conselho deu a palavra ao Professor Vasco Pereira da Silva, para apresentar este ponto. O Professor Vasco Pereira da Silva fez referência aos seguintes cursos intensivos:



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

1. *Arbitragem no Direito Económico Internacional*, com o Professor Millan Casanova (Universidade de Alicante), com a duração de 10 horas, a ter lugar de 24 a 28 de novembro, com 64 alunos inscritos.
2. *Federalismo, Regionalismo e Autonomia Local na UE*, com o Professor Rainer Arnold (Universidade de Regensburg), com a duração de 10 horas, a ter lugar de 1 a 5 de dezembro, com 54 alunos inscritos.
3. *Bioética*, com o Professor Pierre-Henri Prélot (Universidade Cergy-Pontoise), com a duração de 10 horas, a ter lugar de 15 a 19 de dezembro, com 55 alunos inscritos.
4. *Cooperação da Justiça e dos Assuntos Internos da União Europeia*, com o **Professor Jaap de Zwaan (Erasmus University Rotterdam)**, com a duração de 10 horas, a ter lugar de 23 a 26 de fevereiro de 2015.
5. *Direito Comportamental e Economia*, 2.<sup>a</sup> edição, com a **Professora Rute Saraiva**, com a duração de 10 horas, a ter lugar de 2 a 5 de março de 2015.

Foi ainda feita referência ao tratamento, em reunião do Gabinete Erasmus, à possibilidade de candidatura a novos projetos, juntando Faculdades de Direito e tribunais e sociedades de advogados, no âmbito do novo Programa Erasmus +, nomeadamente as designadas Parcerias Estratégicas e as Alianças para o Conhecimento. Depois de ponderadas as diversas alternativas, surgiu a ideia de formar um pequeno grupo de trabalho, composto por Faculdades de Direito de Universidades latinas (juntando a Europa e o Brasil), que depois estabeleceriam contatos com tribunais, órgãos do Ministério Público e sociedades de advogados, para estudar em conjunto as questões da prática judiciária e da gestão dos tribunais, juntando professores universitários e práticos do direito, versando sobre todas as jurisdições e numa lógica transversal (nacional, federal, europeia, internacional e global). O Professor Vasco Pereira da Silva referiu ainda que entre outras atividades que se poderiam realizar neste domínio está a organização de uma conferência anual sobre o tema, a promoção de publicações, o fomento do surgimento de novas disciplinas jurídicas e de novas metodologias do ensino do direito.

O Presidente do Conselho agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Professor Vasco Pereira da Silva e louvou a intervenção ativa e diligente deste Professor no prosseguimento das atividades do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa louvou as iniciativas apresentadas pelo Professor



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Vasco Pereira da Silva, no que foi acompanhado pelos Professores Menezes Cordeiro, Maria Fernanda Palma e Vera-Cruz Pinto. O Professor Menezes Cordeiro mencionou ainda a importância da realização de Congressos Internacionais, que trazem à Escola figuras de indiscutível renome, como sucedeu recentemente com a vinda do Professor Christian Baldus, que infelizmente não foi devidamente publicitada na Faculdade, facto que lamenta profundamente, porque impediu que o referido Professor fosse acompanhado na sua deslocação à Faculdade de Direito, como lhe era devido. De qualquer forma, referiu que ainda assistiu às conferências proferidas por este Professor subordinadas ao tema "Vinculação à lei, interpretação e analogia: os fundamentos romanos e o significado do século XIX". Aproveitou ainda para informar o Conselho da existência de um novo Centro de Investigação na Faculdade, o Centro de Investigação de Direito Privado, que teve a sua sessão inaugural com muito sucesso, tendo tido a participação de vários oradores ilustres da Escola. Foi ainda mencionada a atribuição, na referida sessão inaugural, de prémios aos alunos melhores classificados nas áreas de investigação de Teoria Geral de Direito Civil, Direito das Obrigações e Direito Processual Civil.

## **8. Pessoal**

Foi comunicado ao Conselho a cessação de acumulação de funções docentes com as de jurista na Autoridade da Concorrência do Assistente Convidado Hugo André Ramos Alves. A acumulação de funções foi autorizada pelo Diretor, com parecer favorável do Conselho Científico. O Conselho tomou conhecimento da cessação.

Foi comunicada a cessação de funções como Assessor do Gabinete de Juízes do Tribunal Constitucional do Professor Auxiliar Miguel Ranguete Prata Roque, com efeitos a 1 de novembro de 2014. O docente solicita agora autorização para o exercício de atividades privadas, desempenhadas a título de profissão liberal: advocacia, consultoria jurídica e criação literária e científica. Refere ainda o docente que nenhuma das atividades conflitua com o objeto de trabalho em funções públicas, atenta a falta de identidade do mesmo com as funções privadas a desempenhar. O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor ao deferimento da acumulação pelo Senhor Diretor, entidade com competência delegada nesta matéria, desde que seja acautelado o serviço docente.

Foi solicitada a acumulação de funções docentes do Professor Catedrático Carlos Blanco de Moraes com a Universidade Lusíada de Lisboa, para o ano letivo de 2014/2015, com a carga horária de 2 horas semanais, à 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> feira, das 10.00 às 11.00 horas. O docente refere no requerimento a inexistência de conflito de horários, não havendo prejuízo para

*Handwritten signature*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

a Faculdade. A matéria em causa está delegada no Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O Conselho nada tem a opor ao deferimento da acumulação solicitada, desde que seja acautelado o serviço docente.

Foi apresentado ao Conselho requerimento pelo Professor Associado Paulo Manuel de Sousa Mendes em que dá conhecimento, para efeitos de contagem de tempo de serviço, do disposto no artigo 30.º n.º 8 do Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto (Estatutos da Autoridade da Concorrência) que refere expressamente que "o serviço prestado na AdC pelos trabalhadores e titulares de cargos de direção ou equiparados equivale, para todos os efeitos legais, ao efetivo exercício de funções docentes ou de investigação, nos termos previstos no Estatuto da Carreira Docente Universitária". De salientar que o docente em causa é Diretor do Departamento de Práticas Restritivas da Autoridade da Concorrência, sendo Professor Associado Convidado em regime de 50%. O Conselho tomou conhecimento do referido.

Pedido do Mestre João Tiago Silveira, apresentado em email endereçado aos Serviços, de 27 de outubro de 2014, no qual solicita que "todos os órgãos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que devam intervir na sua eventual futura contratação como professor auxiliar reconheçam, tal como o Conselho Científico da Faculdade de Direito o fez, que o início da contagem de tempo de seis anos para a entrega da sua tese de doutoramento e requerimento das respetivas provas se efetue desde a data em que cessaram as funções governativas que exerceu, ou seja, a partir de 21 de junho de 2011, terminando no dia 21 de junho de 2017". No requerimento enviado o docente menciona que esteve no exercício de funções governativas de 14 de março de 2005 a 21 de junho de 2011, período em que o seu contrato esteve suspenso. Entretanto foi publicado o Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, posteriormente alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, que estabelece que "os assistentes com contrato em vigor na data da entrada em vigor do presente decreto-lei que, no período de seis anos após essa data, venham a entregar a tese para a obtenção do grau de doutor e a requerer as provas para a sua defesa, continuam a beneficiar do disposto no n.º 2 do artigo 11.º e no n.º 4 do artigo 26.º do Estatuto (...) nas condições nele fixadas, sendo, em consequência, caso manifestem essa vontade, contratados como professores auxiliares, nos termos do artigo 25.º do Estatuto." Foi entendimento do Conselho Científico de 9 de maio de 2012 considerar que o prazo para a entrega da tese de doutoramento só se devia contar a partir de 21 de junho de 2011, terminando a 21 de junho de 2017. O docente pretende agora que todos os órgãos que vão intervir no seu processo eventual de contratação



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

reconheçam e aceitem este entendimento. Foi deliberado pelo Conselho Científico que nada havia a acrescentar à deliberação do Conselho Científico de 9 de maio de 2012.

Foi de seguida feita referência à situação do Mestre Nuno Tiago da Silva Marques Aureliano, que solicita a prorrogação do contrato por um biénio, até 03.07.2016, ao abrigo do disposto no artigo 10.º n.º 3, alínea f) do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/86, de 21 de agosto. De referir que o docente teve contrato como assistente até 03.07.2013, que foi prorrogado por mais um ano até 03.07.2014, com dispensa de serviço docente, nos termos da deliberação do Conselho Científico de 29 de maio de 2013 (Ata n.º 5/2013). O docente apresentou novo requerimento a 7 de maio de 2014, solicitando a renovação do contrato por um biénio, ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.º 3, alínea f) do regime transitório do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto (ECDU), tendo o mesmo sido objeto de deliberação do Conselho Científico de 21.05.2014 e 18.06.2014, nos termos da qual lhe foi concedida a prorrogação do contrato pelo tempo equivalente aos pedidos de dispensa recusados, logo, até 03.07.2015. O docente refere que lhe deverá ser celebrado contrato até 03.07.2016. O Conselho deliberou solicitar ao docente a aclaração do requerimento apresentado a 7 de maio de 2014.

#### **9. Outros assuntos**

Foi ainda dado conhecimento ao Conselho do pedido de equivalência ao grau sem nota de Leana Gomes Lacerda no dia 24 de maio de 2014, tendo o mesmo merecido despacho da Senhora Presidente da Comissão de Equivalências a 13.11.2014.

A próxima reunião do Conselho Científico ficou agendada para 21 de janeiro, às 15 horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho despediu-se de todos os presentes, encerrando a reunião pelas 19:45 horas.

**A Secretária do Conselho**

(Professora Doutora Míriam Afonso Brigas)

Faculdade de Direito, 12 de novembro de 2014

Exm.<sup>o</sup>/<sup>a</sup> Senhor/a

Professor/a da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Venho, por este meio, convocar V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para a próxima reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia **19 de novembro de 2014**, 4.<sup>a</sup> feira, pelas **15 horas**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações.
2. Aprovação da ata da sessão anterior.
3. Biblioteca.
4. Regulamento de Avaliação.
5. Mestrados e Doutoramentos.
6. Cooperação.
7. Relações Internacionais.
8. Pessoal.
9. Outros assuntos

Além dos membros eleitos, podem ainda participar, sem voto, todos os docentes e investigadores doutorados, nos termos do artigo 53.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 4 dos Estatutos da Faculdade. Por razões logísticas, agradece-se a confirmação de presença.

O Presidente do Conselho Científico



(Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos)

Anexo: A demais documentação será enviada brevemente.

Reunião na casa do Castelo  
Realizada em 15.11.2014

Luís Manuel Ramos Mendes  
(Presidente do Conselho  
Ciência)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de novembro de 2014

### - Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação proposto	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
ANTONIO RODRIGO VIEIRA FIGUEIRA (n.º 21379) - Mestrado em Direito - Jurídico-Empresariais - (2012-2013)	28.10.2014	As Garantias do Credor no Financiamento da Aquisição de Bens	A reserva de propriedade com função de garantia no financiamento da aquisição de bens	Professor Doutor Eduardo Santos Júnior	Nada a opor.
PERCY ALLAN THOMAS AROUCHA (n.º 22368) - Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídico-Internacionais - (2011-2012)	30.10.2014	A Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças e os Contornos de sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro	Sistemática dos julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos	Professor Doutor Eduardo Correia Baptista	Nada a opor.

Versão de 11.11.2014



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES - (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Andreia Alexandra Rebelo Cunha Silva n.º de aluno - 15049 entrega da dissertação em 10/07/2014	"O Contrato de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel - o procedimento da Oferta"	Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (presidente) Prof.ª, Doutora Ana Perestrelo Oliveira (orientadora) Prof. Doutor José Ferreira Gomes (arguente) Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (vogal)
José Mário Barreto Martins n.º de aluno - 16716 entrega da dissertação em 4/09/2014	"Da admissibilidade da prova ilícita"	Prof. Doutor Rui Pinto	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (presidente) Prof. Doutor Rui Pinto (orientador) Prof.ª Doutor Isabel Alexandre (arguente) Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pereira (vogal)
Nilva de Souza Dias Ferreira n.º de aluno - 21278 entrega da dissertação em 14/07/2014	"Práticas Comerciais Desleais - Direito do Consumo em Portugal"	Prof. Doutor Pedro Paes de Vasconcelos	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão (presidente e arguente) Prof. Doutor Pedro Paes de Vasconcelos (orientador) Prof.ª Doutora Elsa Oliveira Prof. Doutor Rui de Ataíde

Aprovado na

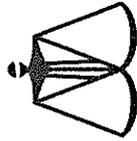
sessão do Conselho Científico

de 15.11.2014

Princípio do Acesso à Justiça

(Integração do Direito da

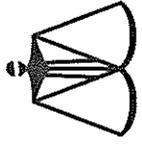
Ciência)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

Rui Alexandre dos Santos Pinto Serra n.º de aluno - 16854 entrega da dissertação em 28/08/2014	"A responsabilidade pelo pedido infundado de declaração de insolvência"	Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão (presidente) Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos (arguente) Prof. Doutor Maria Raquel Rei (orientadora) Prof. Doutor José Ferreira Gomes
Sara Diana Ferreira de Oliveira n.º de aluno - 17535 entrega da dissertação em 5/09/2014	"Admissibilidade da prova ilícita em processo civil"	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva (presidente) Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (orientador) Prof. Doutor Rui Pinto (arguente) Prof.ª Doutora Isabel Alexandre
Luis Alexandre Serras de Sousa n.º de aluno 22740 entrega da dissertação em 26/06/2014	"Da proeminência do caráter lucrativo no desporto profissional"	Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei	Prof. Doutor José Alberto Vieira (presidente) Prof. Doutor Maria Raquel Rei (orientadora) Prof. Doutor Pedro Madeira Brito Prof. Doutor Guilherme Machado Dray (arguente)

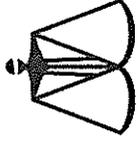


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

Pedro Manuel Osório de Castro Batalha Ribeiro n.º de aluno 12345946 entrega da dissertação em 26/06/2014	"Das Companhias Pombalinas às Sociedades Anónimas. Subsídios para a História do Direito das Sociedades Comerciais em Portugal"	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas	Prof. Doutor José Artur Duarte Nogueira (presidente) Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas (orientador) Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro (arguente) Prof. Doutor José Ferreira Gomes
--	--	---	---

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

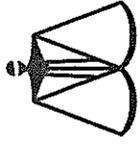


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS (Mestrado Profissionalizante)

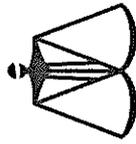
Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Anabela Paula Brízido n.º de aluno - 22620 entrega da dissertação em 11/07/2014	"A eficácia jurídica da convenção coletiva europeia no ordenamento Jurídico Português"	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho	Prof. Doutor Rosário Palma Ramalho (presidente e orientadora) Prof. Doutor Pedro Madeira Brito (arguente) Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva Prof. Doutor Guilherme Dray
Ana Zara Soares da Fonseca Cadima n.º de aluno - 22778 entrega da dissertação em 11/07/2014	"O Contrato de Sociedade"	Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior	Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior (presidente e orientador) Prof. Doutor Ana Perestrelo Oliveira Prof. Doutor José Ferreira Gomes (arguente) Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Bruno Miguel Ribeiro Domingues  n.º de aluno - 22882 entrega da dissertação em 05/09/2014	"Corporate Governance: O papel dos Sócios"	Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque (presidente) Prof. Doutor Ana Perestrelo Oliveira (orientadora) Prof. Doutor José Ferreira Gomes Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (arguente)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

Diana Carriço Rito Pereira n.º de aluno - 22680 entrega da dissertação em 05/09/2014	“Aumento dos processos de insolvência face à actual crise financeira internacional: Criação do PER. Análise crítica deste mecanismo.”	Prof. Doutor Luis Menezes Leitão	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos Prof. Doutor José Ferreira Gomes
Madalena Guerreiro Mata Mouros n.º de aluno - 22445 entrega da dissertação em 05/09/2014	“A Condenação Extra Vel Ultra Petitum”	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito	Prof. Doutor Rosário Palma Ramalho (presidente) Prof. Doutor Pedro Madeira Brito (orientador) Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva Prof. Doutor Guilherme Dray (arguente)
Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy n.º de aluno - 21534 entrega da dissertação em 5/09/2014	“Sociedades Coligadas: A responsabilidade dos Administradores”	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (presidente e orientador) Prof. Doutor João Espírito Santo Noronha Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro (arguente) Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves

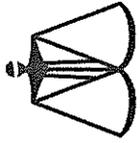


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

Maurício Veríssimo Rodrigues n.º de aluno - 22562 entrega da dissertação em 5/09/2014	“A Problemática da autenticação de documentos particulares que titulem atos sujeitos a registo predial- O documento particular autenticado”	Prof. Doutor José Luis Bonifácio Ramos0	Prof. Doutor José Alberto Vieira (presidente) Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (orientador) Prof. Doutor Rui Pinto Prof.ª Doutora Isabel Alexandre
Tiago Garcia Soares n.º de aluno - 17583 entrega da dissertação em 4/09/2014	“Os Acordos Parassociais nas sociedades abertas - A informação de investidores e acionistas”	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos (Presidente) Prof.ª. Doutora Adelaide Menezes Leitão (orientadora) Prof. Doutor João Espírito Santo Noronha (arguente) Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro
Vanessa da Silva Gaspar n.º de aluno - 15133 entrega da dissertação em 3/09/2014	“A Protecção dos dados pessoais no local de trabalho: em especial a Videovigilância”	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito	Prof. Doutor Rosário Palma Ramalho (presidente) Prof. Doutor Pedro Madeira Brito (orientador) Prof. Doutor Luis Gonçalves da Silva (arguente) Prof. Doutor Guilherme Dray

4. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
5. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
6. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

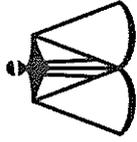


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (Mestrado Científico)

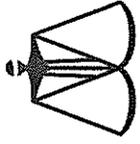
Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Alessandro Carlo Meliso Rodrigues n.º de aluno 12346057 entrega da dissertação em 25/06/2014 ESMAPE	"A convicção do Julgador nas Ações de Responsabilidade Civil Médica"	Prof. Doutor José Luis Bonifácio Ramos	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Pres.) Prof. Doutor João Maurício Adeodato (UFPR) Prof. Doutor Fernando Araújo (arguente) Prof. Doutor José Luís Ramos (orientador)
Francisco Luis Rios Alves n.º de aluno 12346060 entrega da dissertação em 23/06/2014 ESMAPE	"Atividade Probatória dos Juizes"	Prof. Doutor José Luis Bonifácio Ramos	Prof. Doutor José Luís Ramos (Pres., orient) Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão (UFPR) (arguente) Prof. Doutor Rui Pinto Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito
José Gutemberg Gomes Lacerda n.º de aluno 12346064 entrega da dissertação em 06/06/2014 ESMAPE	"Responsabilidade civil por dano moral coletivo"	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (Pres.) Prof. Doutor José Fernando Simão (USP) (arguente) Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (orientador) Prof. Doutor Januário da Costa Gomes



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

<p>Maria Aparecida de Oliveira Grossi Andrade n.º de aluno 12346066 entrega da dissertação em 26/06/2014 ESMAPE</p>	<p>“ O contrato de Agência e Distribuição no Novo Código Civil Brasileiro: Unidade ou Dualidade?”</p>	<p>Prof. Doutor José Alberto Vieira</p>	<p>Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Pres.) Prof. Doutor José Fernando Simão (USP (arguente) Prof. Doutor José Alberto Vieira (orient.) Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito</p>
<p>Rafael Cavalcanti Lemos n.º de aluno 12346093 entrega da dissertação em 14/06/2014 ESMAPE</p>	<p>“Construção ético-moderna de verdades processuais singulares holocrônicas de ângulo futuro integral devenida: verossimilhança fático-narrativa suficiente, adequação jurídico- normativa e cumprimento eficaz e útil rationum juris”</p>	<p>Prof. Doutor Rui Pinto</p>	<p>Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (Pres.) Prof. Doutor João Maurício Adeodato (UFPR) (arguente) Prof. Doutor Fernando Araújo Prof. Doutor Rui Pinto (orient.)</p>
<p>Regma Aguiar Dias Janebro n.º de aluno 12346069 entrega da dissertação em 24/06/2014 ESMAPE</p>	<p>“Critérios Objetivos na Avaliação da Prova em Processo Civil”</p>	<p>Prof. Doutor Rui Pinto</p>	<p>Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (Pres.) Prof. Doutor José Fernando Simão (USP) Prof. Doutor José Luís Ramos (arguente) Prof. Doutor Rui Pinto (orient.)</p>
<p>Ronaldo Souza Borges n.º de aluno 12346070 entrega da dissertação em 23/06/2014 ESMAPE</p>	<p>“A presunção judicial e a formação do convencimento do juiz no processo civil”</p>	<p>Prof. Doutor José Luis Bonifácio Ramos</p>	<p>Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Pres.) Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão (UFPR) Prof. Doutor José Luís Ramos (orient.) Prof. Doutor Rui Pinto (arguente)</p>

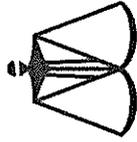


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

Selma Maria Marques de Souza n.º de aluno 12346071 entrega da dissertação em 19/06/2014 ESMAPE	"A Dinamização e a Inversão do ônus da Prova segundo as relações jurídicas específicas."	Prof. Doutor José Luis Bonifácio Ramos	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (Pres.) Prof. Doutor Sílvio Romero Beltrão (UFPR) Prof. Doutor José Luís Ramos (orient.) Prof. Doutor Rui Pinto (arguente)
--	--	---	--

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2014, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



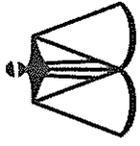
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (Mestrado Científico)

Anderson Sobral de Azevedo n.º de aluno 22520 entrega da dissertação em 16/06/2014	"Justiça Contratual: Uma análise neopragmátista da conformação do poder no contrato"	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem (orientador) Prof. Doutor José Lamego Prof. Doutor Maria de Lurdes Pereira (arguente) Prof. Doutor Rui de Ataíde
---	--	------------------------------------	---

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2014, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



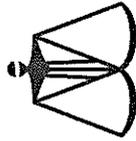
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (Mestrado Profissionalizante)

Sandrina Alexandra Loura n.º de aluno 14343	"A Evolução do sistema de adoção no ordenamento Jurídico Português"	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (Presidente) Prof. Doutor Rui de Ataíde (arguente) Prof.ª. Doutora Margarida Silva Pereira (orientadora) Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
--	---	--	---

4. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2014, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
5. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
6. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



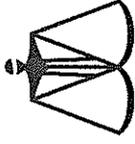
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ernesto Kambali n.º de aluno - 22897 entrega da dissertação em 16/06/2014	"Responsabilidade Civil dos Operadores Portuários"	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (Pres. e orientador) Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos (vogal) Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pereira Prof. Doutor Rui Ataíde (arguente) Prof.ª Doutora Helena Morão
Susana Morais Neves n.º de aluno - 17568 entrega da dissertação em 11/06/2014	"Os deveres de cuidado dos administradores e a relevância da Business Judgment Rule, em especial nos actos modificativos de sociedades e nos grupos societários"	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos (Presidente) Prof. Doutor Adelaide Menezes Leitão (orientadora) Prof. Doutor José Ferreira Gomes (arguente.) Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2014, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



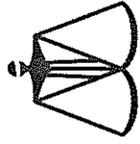
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Patricia da Costa Lima Freire n.º de aluno - 22491 entrega da dissertação em 13/10/2014	“Reorganização Societária nos Grupos de Sociedade: O desenrolar das operações de incorporação, fusão e cisão de Sociedades coligadas, à Luz do Direito Brasileiro.”	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos (presidente) Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (orientador) Prof. Doutor Miriam Afonso Brigas (arguente) Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



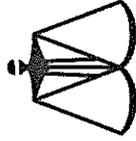
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Christine Fernandes Venneri Mathias n.º de aluno - 22642 entrega da dissertação em 12/06/2014	"Eficácia e Validade do Contrato de Gestação"	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro e Prof. Doutor Pamplona Corte-Real (coorientador)	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (presidente) Prof. Doutor Pamplona Corte Real (coorientador) Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (orientador) Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Daniel Mourgues Cogoy n.º de aluno - 22578 entrega da dissertação em 25/04/2014	"As Garantias Específicas dos contratos de financiamento Habitacional no Direito Brasileiro"	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pereira Prof.ª Doutora Raquel Rei Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Eduardo Correa Gasiglia Queiroz n.º de aluno - 22408 entrega da dissertação em 03/06/2014	"Interpretação da função social do contrato"	Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos	Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos (presidente e orientador) Prof. Doutor Eduardo Santos Júnior Prof.ª Doutora Raquel Rei Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2014, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



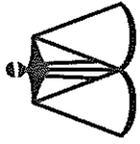
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Janine Lopes Saraiva n.º de aluno - 17325 entrega da dissertação em 16/06/2014	"As Exceções ao acionamento da Garantia Autónoma à Primeira Solicitação"	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (orientador e presidente) Prof. Doutor Januário Costa Gomes (arguente) Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão Prof. Doutor José Ferreira Gomes
Juliana Lima Rejani n.º de aluno - 20257 entrega da dissertação em 24/04/2014	"Alienação parental: Órfãos de pais vivos?"	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa (presidente) Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (orientador) Prof. Doutor João Espírito Santo Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (arguente)
Priscila Martins Delfim n.º de aluno - 22657 entrega da dissertação em 11/06/2014	"A Relevância das Liberalidades na Sucessão Legitimária: Breve Estudo Microcomparado do Direito Português e Brasileiro"	Prof. Doutor Carlos Pamplona Corte-Real	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão (presidente) Prof. Doutor Carlos Pamplona (orientador) Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro Prof. Doutor João Espírito Santo (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



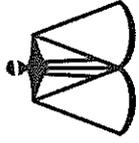
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Susana Isabel dos Santos Letras Vital n.º de aluno - 17806 entrega da dissertação em 14/05/2014	"Contratação a termo certo - A flexibilidade com precaridade dos vínculos Laborais"	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito	Prof. Doutor Rosário Palma Ramalho (presidente) Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (orientador) Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva Prof. Doutor Guilherme Dray (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



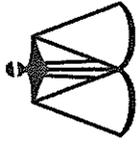
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Sandra Isabel dos Santos n.º de aluno 22679 entrega da dissertação em 16/05/2014	"Flexibilização do Direito ao Trabalho: Um estudo sobre as medidas adotadas no Brasil e em Portugal, avanços e tendências, considerando-se o irreversível processo de globalização, bem como a necessidade de uma nova abordagem sobre a negociação coletiva"	Prof.ª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho	Prof.ª Doutora M.ª do Rosário Palma Ramalho (presidente e orientadora) Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva Prof. Doutor Guilherme Dray (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



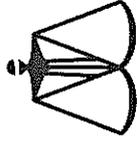
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Margarida Carlos Sapateiro n.º de aluno - 16474 entrega da dissertação em 03/04/2014	" Os Modos de Desvinculação do Fiador "	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (Presidente e orientador) Prof. Doutor Januário da Costa Goes Prof.ª, Doutora Maria Raquel Rei Prof.ª, Doutora Maria de Lurdes Pereira
Ana Teresa Sousa Novo Oliveira Faria Bernardo n.º de aluno - 16500 entrega da dissertação em 7/04/2014	" A Execução Extraprocessual do Penhor "	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes (presidente e orientador) Prof.ª, Doutora Maria Raquel Rei Prof.ª, Doutora Maria de Lurdes Pereira Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro (arguente)
Felipe Palhano de Oliveira n.º de aluno - 21667 entrega da dissertação em 4/04/2014	" A Lesão Contratual no Código Civil Brasileiro "	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro	Prof. Doutor António Menezes Cordeiro (Presidente e orientador) Prof. Doutor José Alberto Coelho Vieira Prof.ª, Doutora Maria de Lurdes Pereira Prof. Doutor Rui Ataíde (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pelo Senhor Prof. Doutor \_\_\_\_\_.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



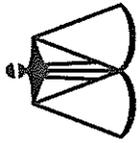
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Saulo Emanuel Vigário Chanoca n.º de aluno 16867 entrega da dissertação em 07/04/2014	“Segredo Comercial: Conceito e Extensão da Tutela”	Prof. Doutor José Oliveira Ascensão	Prof. Doutor José Oliveira Ascensão (presidente e orientador) Prof. Doutor Dário Moura Vicente Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014, pelo Senhor Prof. Doutor.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Carla Isabel Madeira Romeira n.º de aluno 16534	"Os Efeitos da insolvência no Contrato-Promessa"	Prof.ª Doutora Adelaide Menezes Leitão	Prof.ª. Doutor Pedro Romano Martinez (presidente) Prof.ª. Doutora Adelaide Menezes Leitão (Orientadora) Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro (arguente)
Priscila Rodrigues Ferreira n.º de aluno 22351 entrega da dissertação em 27/02/2014	"Arbitragem no Direito Societário"	Prof. Doutor Dário Moura Vicente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente (presidente e orientador) Prof. Doutor Isabel Alexandre Prof. Doutor Elsa Oliveira (arguente) Prof. Doutor Maria de Lurdes Pereira

1. Constituição de júri sugerida no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2014, pelo Senhor Prof. Doutor.
2. Proposta de Constituição de júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

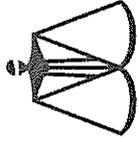
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES - (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Andreia Sofia Simões de Sousa n.º de aluno - 16352 entrega da dissertação em 14/07/2014	"Análise Jurídica sobre a possibilidade das artes marciais serem consideradas uma Arma no Ordenamento Jurídico Português"	Prof. Doutor João Curado Neves	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor João Curado Neves (orientador) Prof.ª Doutora Helena Morão (arguente)
Diogo Nobre de Melo Coutinho Capela n.º de aluno - 17264 entrega da dissertação em 4/09/2014	"A Criminalização do enriquecimento ilícito"	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Helena Morão (vogal) Prof.ª Doutora Teresa Quintela (arguente)
Filipa Baptista Filipe Madeira n.º de aluno - 17274 entrega da dissertação em 7/07/2014	"Crimes Culturalmente Motivados - Mutilação Genital Feminina"	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (vogal) Prof.ª Doutora Helena Morão (arguente)

pa 3  
Apoio na revisão do trabalho  
científico de 19.11.2014

Miriam Afonso  
papas

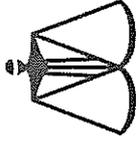
Check-in do trabalho  
científico



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

<p>Joana Teresa Lopes Fernandes Kopke Túlio n.º de aluno - 15975 entrega da dissertação em 4/09/2014</p>	<p>“A Prova por Reconhecimento no Processo Penal Português – Sobre a admissibilidade jurídico- constitucional do reconhecimento de pessoas na fase de inquérito – o direito à não auto incriminação, o direito à presença de defensor e a reserva de juiz”</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes</p>	<p>Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (presidente e orientador) Prof. Doutor Francisco Aguilár (arguente) Prof.ª Doutora Teresa Quintela (vogal)</p>
<p>Maria Inês Costa e Silva de Sousa Guerra n.º de aluno - 16759 entrega da dissertação em 04/09/2014</p>	<p>“A Vigilância eletrónica- A Monitorização Telemática posicional de arguidos e condenados: possíveis alternativas à prisão em estabelecimento prisional”</p>	<p>Prof. Doutor Augusto Silva Dias</p>	<p>Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e orientador) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (vogal) Prof. Doutor Francisco Aguilár (arguente)</p>
<p>Sílvia Rossana Silva Santos n.º de aluno - 16949 entrega da dissertação em 5/09/2014</p>	<p>“O crime de insolvência dolosa: Alguns aspectos de autoria e participação”</p>	<p>Prof.ª Doutora Maria Teresa Quintela</p>	<p>Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof.ª Doutora Helena Morão (arguente) Prof.ª Doutora Maria Teresa Quintela (orientadora)</p>

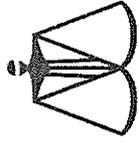


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

Ruth Helena Santos n.º de aluno - 17064 entrega da dissertação em 4/09/2014	"Actos Sexuais com Adolescentes entre os 14 e 16 anos: Uma análise dos elementos objectivos do tipo do art. 173.º, em especial, o abuso da Inexperiência"	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e orientador) Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (vogal) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (arguente)
--	---	------------------------------------	--

1. Constituição de júri sugerida no dia 18 de novembro de 2014, pela Senhora Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



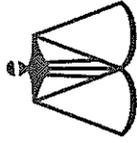
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS (Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Letícia Viterbo Ilges n.º de aluno - 22498 entrega da dissertação em 13/06/2014	"Tribunal do Júri Brasileiro: Garantia Constitucional à Disposição das partes"	Prof. Doutor Augusto Silva Dias	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias (orientador) Prof. Doutor João Curado Neves (vogal) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (arguente)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 18 de novembro de 2014, pela Senhora Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.



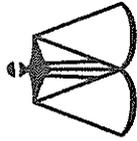
FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES (Mestrado Profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Catarina Santos Brochado Oliveira n.º de aluno 20539 entrega da dissertação em 24/06/2014	“O arguido falou... e agora? (A valoração das declarações do arguido proferidas na fase anterior ao julgamento e a inovação da Lei 20/2013 de 21 de fevereiro)”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (presidente e orientador) Prof. Doutor Henrique Salinas (arguente) Prof. Doutor Helena Morão (vogal)
Dirce Reis Rente n.º de aluno 12345774 entrega da dissertação em 24/06/2014	“A produção e valoração da prova na fase de impugnação judicial de decisão administrativa proferida no âmbito de processo contra- ordenacional”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente e arguente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 18 de novembro de 2014, pela Senhora Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

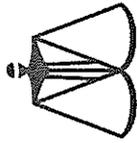


FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS ( Mestrado Científico)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Juliana Moya Rios Ferreira Silva n.º de aluno 20077 entrega da dissertação em 01/04/2014	“ Criminalização do auxílio à imigração ilegal: A intervenção penal como reforços das políticas migratórias”	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof. Doutor Augusto Silva Dias (presidente) Prof. Doutor Fernando Torrão (arguente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutor José Bonifácio Ramos (vogal)
Márcio Schlee Gomes n.º de aluno 22568 entrega da dissertação em 4/04/2014	“ A prova indiciária no crime de homicídio: Lógica, probabilidade e inferência na construção da sentença Penal	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Paulo Dá Mesquita (arguente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias (vogal) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Núcleo de Formação Pós-Graduada  
Divisão Académica

Matias Pires Neto n.º de aluno 21635 entrega da dissertação em 7/04/2014	" A Justificativa da Ordem Pública como Requisito da Prisão Preventiva	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente) Prof. Doutor Damião da Cunha (arguente) Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes (orientador) Prof. Doutora Helena Morão (vogal)
Patrícia Gomes Teixeira Monteiro n.º de aluno 2170084 entrega da dissertação em 4/04/2014	" Da emoção que privilegia o Homicídio (Considerações em torno da "Compreensível Emoção Violenta ")	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma (presidente e orientadora) Prof.ª Doutora Conceição Cunha (arguente) Prof. Doutor Augusto Silva Dias (vogal) Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida (vogal)

1. Constituição de Júri sugerida no dia 18 de novembro de 2014, pela Senhora Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

**-PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO**

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO	PROFESSOR ORIENTADOR DESIGNADO	CONCORDÂNCIA RECOMENDAÇÃO DO ORIENTADOR
<b>DANIELA BANDEIRA DE FREITAS</b> (ALUNA Nº3190026) DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	13.10.2014	13.01.2010	Até 13.01.2017	Prof. Doutor Paulo Otero	Sim
<b>JANUÁRIO PEDRO CORREIA</b> (ALUNO Nº3130070) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS	29.10.2014	23.11.2011	Até 23.11.2015	Prof. Doutor Januário Costa Gomes	Sim
<b>BLEINE QUEIROZ CAÚLA</b> (ALUNO Nº18854) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	30.10.2014	21.07.2010	Até 30.07.2015	Prof. Doutor Jorge Miranda	Sim
<b>FRANCISCO LUÍS FREIRE RIBEIRO ALVES</b> (ALUNO Nº9301) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	03.07.2014	23.09.2009	Até 23.09.2016*	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez	Sim

\*Retifica-se a data de prorrogação aprovada na reunião do Conselho Científico de 21.07.2014.

Ciências Jurídico-Políticas

Constituição de júris de doutoramento

Dr. João Hélio Ferreira Pes

"A fundamentalidade do direito de acesso à água potável"

Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)

Professora Doutora Filipa Urbano Calvão (UCP Porto)

Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (orientador)

Professora Doutora Maria Luísa Duarte

Professor Doutor José Alberto Vieira

Professora Doutora Carla Amado Gomes

Professor Doutor João Miranda

Dr. Rui Lanceiro

"O princípio da cooperação leal no âmbito da Administração Pública. Em especial, as vinculações resultantes do Direito da União Europeia para o procedimento administrativo nacional de prática de ato administrativo",

Professora Doutora Maria da Glória Garcia (orientadora - UCP Lisboa)

Professora Doutora Ana Raquel Moniz (FDUC)

Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira

Professor Doutor Paulo Otero

Professor Doutor Vasco Pereira da Silva

Professora Doutora Maria José Rangel Mesquita



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Dr. António Carlos Torres de Siqueira de Maia e Pádua

"Recusa à sistematicidade axiomática na tradição romano-germânica e a jurisdição como meio do pluralismo jurídico da República Federal Brasileira"

Professor Doutor Fernando Bronze (FDUC)

Professora Doutora Susana Tavares da Silva (FDUC)

Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa

Professor Doutor Paulo Otero (orientador)

Professor Doutor Carlos Blanco de Moraes

Professor Doutor Miguel Nogueira de Brito



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

doc. 6  
Aprovado na sessão do Conselho  
de 19.11.2014

Melhorar a pesquisa  
(temática do Conselho  
Ciências)

-PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TÍTULO DA TESE DE DOUTORAMENTO

Identificação do Doutorando	Data do Requerimento	Tema da Tese Aprovado	Novo Tema da Tese Proposto	Parecer do Professor Orientador Designado/Aceitação
<b>RUI MANUEL TAVARES LANCEIRO</b> (ALUNO Nº 12569) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	24.10.2014	<i>"O Princípio da Cooperação Leal no Âmbito da Administração Pública".</i>	<i>"O Princípio da cooperação leal no âmbito da administração pública. Em especial as vinculações resultantes do Direito da União Europeia para o procedimento administrativo nacional de prática de acto administrativo".</i>	Profª Doutora Maria da Glória Garcia Sim.
<b>ANTÓNIO CARLOS TORRES DE SIQUEIRA DE MAIA E PÁDUA</b> (ALUNO Nº 20468) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	27.10.2014	<i>"O Precedente Administrativo - Percepção Tradicional e Reflexos da Reforma do Sistema de Justiça Brasileiro".</i>	<i>"Recusa à sistematicidade axiomática na tradição romano-germânica e a jurisdição como meio do pluralismo jurídico na república federal brasileira".</i>	Prof. Doutor Paulo Otero Sim.
<b>FRANCISCO LUÍS FREIRE RIBEIRO ALVES</b> (ALUNO Nº9301) DOUTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-EMPRESARIAIS	10.11.2014	<i>"Os Princípios do Contrato de seguro na Proteção do Consumidor e do Mercado".</i>	<i>"A vigência e cessação do contrato de seguro: equilíbrio e conflitualidade".</i>	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez Sim.

Versão actualizada 12.11.2014

SRF



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

Alteração de júri (Reunião do Conselho Científico de novembro de 2011)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
<b>Ionilton Pereira do Vale</b> (Aluno nº 20478) Entrega da tese de doutoramento em 28/05/2014	<i>“O Tribunal do Júri no Contexto do Devido Processo legal: Uma Crítica ao Tribunal do Júri “puro” em comparação com os modelos do escabinado e do assessorado: Estudo dos factores que interferem no julgamento e na imparcialidade de suas decisões (Análise da Instituição com a Jurisprudência das Convenções Europeia e Americana dos Direitos Humanos do Tribunal do Júri Português e da Suprema Corte Americana).”</i>	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	-Doutor José Augusto Preto Xavier Lobo Moutinho, Faculdade de Direito da UCP/Lisboa; -Doutor José Manuel Damião da Cunha, Escola de Direito da UCP/Porto; -Doutor António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro; -Doutor Paulo Manuel Cunha da Costa Otero; -Doutora Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira; -Doutor Augusto Manuel Gomes da Silva Dias; -Doutor Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes.

1. Proposta de alteração de júri sugerida no dia 6 de novembro de 2014, pelo Senhor Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes.
2. Proposta de Constituição de Júri Aprovado no Conselho Científico de \_\_\_\_\_. A enviar ao Diretor, nos termos do art.º 51.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.
3. Constituição de Júri aprovada pelo Diretor no dia \_\_\_\_\_, nos termos do art.º 30.º dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

DEC. 7  
Ahorado na sessão da Assembleia  
Científica de 19.11.2014  
Miguel Afonso Furtos  
(Presidente do Conselho  
Científico)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

177,8

Ciências Jurídicas

Constituição do Júri de Doutoramento

Mestre José Nuno Coutinho Lopes Marques Estaca

Presidente: Professor Pedro Pais de Vasconcelos (orientador)

Vogais: Professor Doutor Manuel Carneiro da Frada (Porto)

Professor Doutor Pedro Maia (Coimbra)

Professor Doutor António Menezes Cordeiro

Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa

Professor Doutor Pedro Romano Martinez

Professor Doutor Januário da Costa Gomes

Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira